



EVIDÊNCIA DA HISTÓRIA

O QUE OS HISTORIADORES VEEM

François Hartog

COLEÇÃO HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

autêntica

Conjuntura do final de século: a evidência em questão?

Trata-se apenas de notas, extraídas do caderno de um historiador. Nada mais do que esboços rápidos de várias características da conjuntura recente. Fazer história, atualmente? Em primeiro lugar, como formular a questão, trinta anos depois dos volumes dirigidos por Jacques Le Goff e Pierre Nora (1974), publicados sob esse título e que, rapidamente, se tornaram famosos com sua tripartição: novos objetos, novas abordagens, novos problemas?¹¹⁴

As páginas seguintes prolongam os capítulos precedentes, focalizados sobre as disputas da narrativa, assim como sobre a testemunha e o historiador: maneiras modernas de retomar a questão da evidência. O primeiro capítulo sugeria abordar a questão da narrativa e de seu “retorno”, assim como, de forma mais abrangente, o fenômeno da virada linguística sob um prisma de duração mais longa. O mesmo ocorria com o segundo capítulo, que apresentava as relações estabelecidas entre a testemunha e o historiador. A recente ascendência da testemunha no espaço público é, com efeito, um nítido indício das mudanças da conjuntura e, em particular, da posição ocupada, daí em diante, pela categoria do presente (HARTOG; REVEL, 2001). Por sua vez, o capítulo sobre o olhar distanciado de Lévi-Strauss ajudou-nos a colocar a história em perspectiva.

Neste primeiro esboço, acrescentemos ainda três características suplementares: os problemas suscitados pelos arquivos, a questão

¹¹⁴ Para a conjuntura presente, ver, entre outros textos, *Le Débat*, 2000. E, em relação à história, DU-
MOULIN, 2003.

relativa ao juiz e ao historiador, assim como à epistemologia da história. Nessa abordagem, não há nada de radicalmente novo, tampouco novos objetos, mas questões renovadas ou negligenciadas que devem ser enfrentadas pelos historiadores. Sobre os arquivos, concentrou-se um verdadeiro feixe de questões, a começar pelo tema da necessidade de criar um lugar de estocagem e de consulta para lidar com a saturação dos diferentes depósitos existentes. Depois de muita tergiversação, foi decidida finalmente, em 2004, pelo presidente da República francesa, a construção de outro centro localizado em Pierrefitte (no subúrbio norte de Paris): com uma capacidade de trezentos e vinte quilômetros em linha reta, ele destina-se aos acervos posteriores a 1789. Como sempre, nada pode ser feito sem uma decisão do governante, o qual pensa em termos de grandes obras. Quanto ao projeto, já anunciado várias vezes e adiado regularmente, de uma nova lei sobre os arquivos, deixou de estar na ordem do dia; agora, anuncia-se uma simples reformulação da lei de 1979 (DUCLERT, 2004).¹¹⁵ A questão do juiz e do historiador ganhou importância por ocasião de diferentes processos, em particular, aqueles que se referem a crimes contra a humanidade e em função da judicialização manifesta de nosso espaço público. Vamos abordá-la, propondo ao leitor uma digressão por Charles Péguy, pensador que não cessou de meditar sobre o “Affaire Dreyfus” (ver, *supra*, p. 224); assim, vamos formular não tanto a questão do juiz, mas a do “julgamento histórico”. Quanto à epistemologia, mais exatamente, a tentação de epistemologia, para retomar uma advertência de Pierre Chaunu, ela é uma das características do movimento reflexivo que tem atingido todas as disciplinas nos últimos vinte ou vinte cinco anos. Como se a evidência da história, no sentido primordial da palavra, tivesse ficado um tanto confusa, levando o historiador (com outros e depois de outros especialistas) a questionar-se sobre seu procedimento, seu lugar e sua função.

¹¹⁵ No decorrer dos últimos anos, têm sido multiplicados os encontros, os colóquios e as publicações em torno da questão ou da crise dos arquivos; entre outras iniciativas, o seminário organizado, desde 2002, na EHESS (École des Hautes Études en Sciences Sociales [Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais]).

Arquivos e história (1979-2001)

“Para o mundo antigo, a história se faz *porque não se tem* nenhum documento. Para o mundo moderno, ela não se faz *porque se dispõe de material*” (grifo meu). Porque se dispõe de documentos – e em demasiada quantidade, pretendia dizer, evidentemente, Charles Péguy. O que teria escrito, atualmente, esse pensador no momento em que, desde 1945, o volume de documentos foi multiplicado por cinco e ocuparia uma superfície superior a três mil quilômetros em linha reta (FAYER; NEIRINCK, 1995)?¹¹⁶ Como lidar com essa produção em massa? Conservar tudo? O que guardar (eis a questão a resolver pelos “novos arquivos”)? De que modo conservar? Em arquivos? Quantos quilômetros de prateleiras terão de ser construídos – poderia ser a questão a ser formulada (ou, melhor, tem sido formulada) pelos sucessivos ministros da Cultura? Questões subsidiárias: sua distribuição seria feita em que lugares? Que critérios utilizar para as divisões ou os agrupamentos? Eis os problemas suscitados há um número respeitável de anos, continuando sendo atuais para um amanhã que já é bem presente. A essas questões de natureza técnica e política, acrescentam-se – já formulados anteriormente – outros problemas: aqueles relacionados com a história, que conta agora com dois séculos, da instituição dos Arquivos (ver *supra*, p. 151); e, em especial, aqueles (equacionados, frequentemente, durante a última década) decorrentes das condições legais e práticas de acesso aos arquivos contemporâneos.

Do ponto de vista do quadro legislativo, passou-se, há vinte anos, da lei de 1979 (a primeira desde a Revolução Francesa) para a expectativa de uma nova lei: 1999 deveria ter sido “o Ano dos Arquivos”. Em 2005, fica-se sabendo que, finalmente, não haverá lei... Considerando que haviam decorrido quase dois séculos para elaborar lei, por que seria necessário recorrer, tão rapidamente, de novo, ao Parlamento? A lei de 1979 parecia ter condições para perdurar. Pela primeira vez, de fato, havia sido atribuída uma definição (bastante ampla) da própria noção de arquivos: “Os arquivos são o conjunto dos documentos, independentemente de sua data, de sua forma e de

¹¹⁶ “Um *como* balanço anual da questão, esse texto não tem, quanto ao resto, nenhum interesse.

seu suporte material, produzidos ou recebidos por qualquer pessoa física ou jurídica e por qualquer serviço ou organismo público ou privado, no exercício da sua atividade.”

A conservação desses documentos é organizada “no interesse público, tanto para as necessidades de gestão e da justificação dos direitos das pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, quanto para a documentação histórica da investigação” (art. 1º). Ainda em 1979, um decreto tinha fixado as missões da Direction des Archives de France: “Gerenciar ou controlar os arquivos públicos que constituem a memória da nação e uma parte essencial de seu patrimônio histórico”. Como havia sido assinalado por Krzysztof Pomian, a problemática da lei em seu conjunto é permeada pela “distinção entre memória e história” (POMIAN, 1992, p. 163.). Mais exatamente, por sua justaposição. Fala-se de memória, nação e patrimônio histórico: como se articulam essas diferentes noções que circunscrevem também missões? Daí, conflitos possíveis. Até onde vai a memória e onde se inicia a história? Quem decide tal partilha? É precisamente nesse ponto que hão de surgir as contestações: em relação aos prazos de consulta e ao sistema de derrogações (com seu inevitável cortejo de suspeitas).

“Memória da nação”, “patrimônio histórico”: 1980 foi o Ano do Patrimônio. A grande engrenagem do patrimônio se pôs em movimento, os arquivos encontravam aí seu lugar, mas os arquivistas terão tido provavelmente o sentimento de ter sido os esquecidos dos anos patrimônio, na medida em que os museus e as bibliotecas é que acabaram ganhando notoriedade. O governante¹¹⁷ decidiu construir uma biblioteca “muito grande”, mas não um grande centro de arquivos! No entanto, os arquivos dos Departamentos, dependendo dos Conseils généraux,¹¹⁸ dispuseram de mais recursos; além disso, um grande número de cidades de porte médio criaram,

¹¹⁷ Referência à decisão do então presidente francês, François Mitterrand, de criar a BNF (Bibliothèque Nationale de France), no bairro de Tolbiac, em Paris, com espaço acessível ao público (aberto em 1996) e espaço reservado aos pesquisadores (aberto em 1998). (N.T.).

¹¹⁸ Assembleia deliberativa em cada departamento francês que dispõe de competências em diferentes áreas: ajuda social/alojamento, educação, cultura, transporte/manutenção das vias públicas e desenvolvimento local. (N.T.).

há uma vintena de anos, serviços de arquivos modernos, justamente para responder às novas exigências.

Desde há muito tempo, os historiadores – que haviam aprendido que “a história se fazia com documentos” – tinham empreendido o caminho dos arquivos; aliás, Michelet vangloriava-se de ter sido um dos primeiros a tomar tal iniciativa. Quando se impõe, aos poucos, com os *Annales*, uma história econômica e social, com base em contagens e na constituição de séries, que recorre ao tratamento estatístico dos dados e ao computador, os pesquisadores vão frequentar os arquivos com uma assiduidade cada vez maior. Mas o conteúdo do que é procurado nesses centros é algo diferente: registros paroquiais, atos notariais e séries demográficas. Os historiadores modernistas são os pioneiros dessa “nova arquivística”. Aprofunda-se a distância entre arquivo e acontecimento, assim como entre arquivo e memória. O arquivo, por si só, não diz nada, ou quase nada. Sem ser dado, mas produzido, ele se torna, de fato, um objeto de segunda ordem: abstrato. Como escreve, na época, Michel de Certeau: “Ele suprime o questionamento genealógico do qual havia surgido para se tornar a ferramenta de uma produção”.

Nesses mesmos anos (1970 e 1980), falava-se – aliás, de bom grado, na esteira de Foucault – do “arquivo” no singular (embora a passagem entre “o arquivo” de *L'archéologie du savoir*, concebido como um sistema geral da formação e da transformação dos enunciados, por um lado, e, por outro, “os arquivos” não seja realmente imediata). Assim, a revista *Traverses* viria a intitular um de seus dossiês, publicado em 1986, *L'archive*. Se a questão principal incide sobre a determinação emergente no sentido de arquivar tudo, alguns dos artigos abordam os arquivos e a memória coletiva. Com o livro *Le goût de l'archive* da historiadora Arlette Farge, lançado três anos mais tarde (1989), passa-se de um arquivo para o outro, mesmo que se limite ainda ao período moderno (o século XVIII e os arquivos judiciais). O arquivo visado já não é a abstração, o objeto de segunda ordem, mas o documento em sua materialidade; não mais a série, mas a testemunha, o singular, sem deixar de manter uma vigilância crítica. Tal prisioneiro da Bastilha – exemplo elucidativo fornecido pela autora – “fugitivo passante do arquivo,

é um ser de razão, tornado objeto do discurso, que a história deve adotar como interlocutor” (FARGE, 1989). Verifica-se o retorno à via empreendida por Michelet.

Considerando que os arquivistas – e, igualmente, os historiadores – não trabalham na ausência de gravidade, esses diferentes indícios devem ser relacionados a uma conjuntura que passou por mudanças (HARTOG; REVEL, 2001, p. 13-24); alguns termos são outras tantas palavras-chave que exercem influência sobre ela e a exprimem. Entre outros aspectos: memória e patrimônio (termos já encontrados na lei de 1979), presente (o da história do tempo presente ou do “passado que se recusa a passar”), identidade, genocídio e crimes contra a humanidade, testemunha, juiz e historiador, transparência e responsabilidade. Mas, à importante palavra de ordem “transparência”, opõe-se, no caso dos arquivos, outro princípio que é também bastante enfatizado por cada um e por todos: o da proteção da privacidade. Se for acrescentada ainda a queda do muro de Berlim e a abertura dos arquivos no Leste Europeu (incluindo, durante algum tempo, uma série de furos midiáticos), existem elementos que permitem analisar o investimento maciço que se opera em relação ao contemporâneo, o que não impede – antes, pelo contrário – uma importante demanda relativamente à memória. Com efeito, tudo contribuiu (tendo como pano de fundo os julgamentos por crimes contra a humanidade) para transformar, na França, os arquivos do período de Vichy (ver *supra*, p. 205) em uma questão central, enquanto os da Guerra da Argélia e da colonização seriam em breve retirados dos porões.

Se os arquivos são “a memória da nação”, o dever de memória e a exigência (democrática) de transparência implicam que eles estejam em condições de ser facilmente pesquisados e não apenas por investigadores licenciados. Para questionar os arquivos, vem, desde então, ao primeiro plano, um vocabulário que se apoia tanto na crítica tradicional das fontes quanto na linguagem judicial. O arquivo é, com efeito, uma testemunha, uma prova; fala-se de sigilo, de dissimulação e de confissão. Trata-se não mais de nova arquivística, tampouco de *Le goût de l'archive*, mas, com Sonia Combe, de *Archives interdites* (1994) – mas não para todos – ou, francamente, com o

livro de Karel Bartosek, *Les aveux des archives* (1996), cuja contracapa informa o leitor que “cada página é uma revelação”. Com efeito, de acordo com este último autor, houve no fundo duas histórias: “a que não passava de aparência” e “a que realmente ocorreu”. Justamente a descobrir nos arquivos porque, paradoxalmente – pelo menos, à primeira vista –, esses regimes burocráticos foram igualmente arquivistas zelosos do que realmente aconteceu. Encontra-se a divisão entre o que se vê e o que não se vê, entre a aparência e a realidade, entre a ilusão e o que realmente existe.

Do “fichário judaico”, encontrado em 1991 no Ministério francês dos Antigos Combatentes (e, finalmente, depositado no Mémorial de la Shoah, em Paris), aos arquivos da passeata de 17 de outubro de 1961, organizada pela FLN¹¹⁹ e reprimida brutalmente pela polícia parisiense, os últimos dez anos foram marcados por uma sequência de questionamentos públicos, repercutidos amplamente pela mídia: em relação à lei de 1979, ao funcionamento dos arquivos e, de forma mais geral, a uma cultura do sigilo por parte da Administração. As tensões relativamente aos arquivos são acompanhadas pelos sofrimentos da memória.

Qual teria sido o resultado dessas polêmicas? Os historiadores interpelados contestaram também de forma vigorosa o fato de que, a seu respeito, havia pairado a grave suspeita de terem sido pesquisadores cooptados. Apanhados, por assim dizer, de surpresa por toda essa agitação, os arquivistas – antes de mais nada e sobretudo, preocupados em enfrentar o crescimento tão rápido do volume de documentos e em se adaptar aos novos públicos – não souberam ou foram incapazes de manifestar outra reação além desta réplica: “Somos apenas intermediários entre as administrações fornecedoras de documentos e os leitores, limitando-nos a aplicar a lei; aliás, concedemos derrogações sempre que tal operação é possível”. Resta-nos acreditar em suas palavras. E, afinal de contas, os arquivos não começam em 1940; tudo se passa como se, com a ajuda do presentismo, eles se limitassem aos arquivos contemporâneos.

¹¹⁹ Sigla de Front de Libération Nationale [Frente de Libertação Nacional]: movimento nacionalista argelino, formado em 1954, que liderou a insurreição contra o Estado francês durante a Guerra da Argélia (1954-1962). (N.T.).

Quanto ao poder político, ele começou – de acordo com um costume que poderia precisamente ser testemunhado pela consulta dos arquivos – por encomendar um relatório: o Rapport Braibant, apresentado ao primeiro-ministro francês em junho de 1996, seguido, dois anos mais tarde, por outro relatório, o Rapport Bélaval, nome do diretor dos Arquivos, na época (em novembro de 1998). Só faltava, dizia-se então, esperar por 2001 e pela nova lei sobre a organização dos arquivos (que, a partir dessa data, deixou de ser oportuna).

Entre os dois relatórios, houve todavia uma circular do primeiro-ministro, datada de 3 de outubro de 1997 (ou seja, poucos dias antes da abertura do julgamento de Papon¹²⁰ e pouco depois da declaração de arrependimento da Igreja da França¹²¹), que flexibiliza as regras de consulta dos documentos relativos ao período 1940-1945. Recordando que “a República tem o dever de perpetuar a memória dos acontecimentos que se desenrolaram no nosso país, entre 1940 e 1945”, essa circular convida a avançar mais longe em matéria de derrogações, sem se apegar “à personalidade ou à motivação das pessoas que solicitam uma derrogação”. É, em suma, por parte do político, a tradução para a Administração do dever de memória; além disso, o comum mortal deve ter direito à sua derrogação ou, mais precisamente, sua qualidade de comum mortal não pode constituir motivo suficiente para lhe recusar tal solicitação. Uma segunda circular, de 5 de maio de 1999, do mesmo primeiro-ministro socialista, Lionel Jospin, anuncia: “Com a preocupação da transparência, e por respeito pelas vítimas e suas famílias, o governo decidiu facilitar as

¹²⁰ Trata-se de Maurice Papon, condenado, em 1998, por “cumplicidade em crimes contra a humanidade”, a dez anos de prisão por ter assinado – entre 1942 e 1944, enquanto secretário-geral do Departamento da Gironda (Bordeaux) – as ordens de prisão e deportação de 1.500 judeus, entre os quais 220 crianças, que foram encaminhados para o campo de extermínio de Auschwitz. Além disso, na repressão da manifestação de argelinos em Paris, em 1961, em que se verificou a morte de mais de uma centena de civis, Papon mandou que seus corpos fossem jogados no rio Sena. Cf. Mário Sérgio Conti. Disponível em: <<http://revistapiui.estadao.com.br/edicao-6/despedita/o-funcionario-que-nao-pediu-perdao>>. Acesso em: set. 2011. (N.T.).

¹²¹ Em 30 de setembro de 1997, os bispos da França, evocando o Holocausto, manifestaram seu arrependimento, reconhecendo de maneira oficial e pública que “o silêncio [de um grande número de pastores da Igreja] havia sido um pecado. [...] Imploramos o perdão de Deus e pedimos ao povo judeu que ouça esta palavra de arrependimento”. Disponível em: <http://www.dialogue-jca.org/Repentance_des_eveques_de_France.htm>. Acesso em: set. 2011. (N.T.).

pesquisas históricas sobre a manifestação organizada pelo FLN em 17 de outubro de 1961". Uma vez mais, Papon vai servir de vínculo: em 26 de março, ele perdeu o processo de difamação que ele havia apresentado, desta vez enquanto ex-chefe da polícia, em Paris, contra Jean-Luc Einaudi sobre a questão das vítimas desse evento e de seu número.

Se o Rapport Braibant preconizava, nomeadamente, uma redução dos prazos de consulta (vinte e cinco anos, em vez de trinta; e, para alguns casos, cinquenta anos, em vez de sessenta), por sua vez, o Rapport de Bélaval, sob o título "Pour une stratégie d'avenir des Archives nationales", concentra-se na própria instituição. Ao sublinhar que conviria "pôr um termo a anos de negligência", ele enfatizava "o papel cívico" que pode e deve ser desempenhado pelos arquivos; ao se pronunciar em favor de "um grande centro da memória moderna e contemporânea", implantado na região de Paris, ele preconizava "uma Cidade [Cité] dos arquivos para restituir os arquivos ao centro da Cidade [Cité]" (DUCLERT, 1999). Nesse aspecto, procedia-se a abordagens cidadãos em torno do tema da sociedade civil.

Desses questionamentos, formulados na – e marcados pela – conjuntura atual, pode emergir de forma mais nítida a constatação de que os Arquivos são, simultaneamente, uma instituição central e marginal: ela havia sido tratada como marginal, sem deixar de evocar sua posição central. Esquizofrenia bastante corrente na esfera pública. Se seu passado está ligado, obviamente, à história do Estado, seu presente e seu futuro não estão menos dependentes do papel que pode ou poderá, pretende ou pretenderá desempenhar o Estado, ou não, no futuro. Constata-se que, no interior do próprio Estado, os *Archives nationales* são desapossados dos acervos dos grandes ministérios ou das assembleias soberanas: eis o que foi decidido, em 2001, pelo Conseil constitutionnel¹²² em relação aos próprios arquivos (DUCLERT, 2004, p. 63).

Quanto aos arquivos, sejam eles voluntários ou involuntários, escritos ou representados por imagens, transcritos ou gravados, eles são um objeto de história de pleno direito, em múltiplas dimensões

¹²² Criado em 1958 – constituído por nove membros, por um mandato de nove anos, além dos ex-presidentes da República –, este órgão jurisdicional zela pela regularidade das eleições e dos plebiscitos, assim como pela conformidade das leis à Constituição Francesa. (N.T.).

(materiais, institucionais e intelectuais); aliás, arquivistas e historiadores haveriam de tirar o maior proveito de refletir em comum a seu respeito. Em suma, os arquivos, com letra maiúscula e sem ela, podem conhecer também seu momento historiográfico e seu movimento reflexivo; além disso, todos os interessados ganhariam alguma vantagem em reconhecer tal fato. A qualidade das pesquisas só poderia beneficiar-se com isso.

Julgar

Empreender uma digressão por Charles Péguy é uma maneira de introduzir uma reflexão sobre o julgamento. Ele não fornece certamente um *vade-mécum* para historiadores apressados em se confinar em uma opinião, mas mostra um pensamento em ação na sequência das reviravoltas do caso Dreyfus. Antes de saber se o historiador é, ou não é, um juiz (e que juiz?), vale a pena, de fato, refletir sobre a significação de “julgar” do ponto de vista histórico.

É evidente que o julgamento histórico não é uma sentença judicial; sabemos por uma experiência infelizmente abundante — e dessa experiência, o caso Dreyfus foi apenas uma ilustração entre outras e depois de tantas outras —, sabemos por experiência própria quanto pouco os julgamentos judiciais, militares e civis, praticamente iguais entre si, são jurídicos, e como sobretudo eles são pouco justos; ora, o que vamos pedir, em primeiro lugar, aos julgamentos históricos — admitindo provisoriamente que existam tais julgamentos — é que sejam justos (PÉGUY, 1987, t. 1, p. 1222).

Por que Péguy? Esse pensador teve sempre seus seguidores e um boletim informativo, *L'amitié Charles Péguy*, mas nunca foi uma referência central: a loja de *Cahiers de la Quinzaine* manteve-se sempre no outro passeio da rue Victor-Cousin, em frente, mas fora da Sorbonne. Os *Cahiers* foram criados sob o signo da ruptura, em particular, com Lucien Herr, e Péguy havia anunciado, de saída, a situação: “Todos os *cahiers*, sem nenhuma exceção, são feitos para descontentar um terço, no mínimo, da clientela”.¹²³ A proverbial

¹²³ Ver o dossiê “Le centenaire des *Cahiers de la Quinzaine*”, *Esprit*, p. 22-53, 260, jan. 2000.

lentidão de sua escrita, com suas repetições e seus acúmulos, preparando o avanço seguinte, essa laboriosa ruminação que o leitor é convidado a compartilhar, tudo isso provocou irritação e foi objeto de escárnio. Charles-Victor Langlois considerava essa revista como algo de “tatibitate”; além disso, se alguns textos de Péguy [1873-1914] chegaram a ser publicados, após a sua morte, suas *Œuvres en prose complètes* estão disponíveis apenas desde 1992, graças a Robert Burac.

Portanto, Péguy está presente, mas, em geral, ninguém – em particular, os historiadores – sabe o que fazer de sua obra; mesmo que, na pessoa de Jules Isaac, ele tivesse tido um discípulo apaixonado e fiel (ISAAC, 1959). No entanto, ele é incontestavelmente aquele que, entre 1897 e 1914, refletiu e escreveu com maior profusão sobre a história. Para criticá-la, é verdade! Pelo menos, em relação a determinada história, a de Langlois e Seignobos (que não deixavam de ser defensores de Dreyfus), sem esquecer Lavissee que exercia “sua influência sobre todos os aspectos, presidia a tudo” (*Ibid.*, p. 266).

Por comparação, as críticas e as zombarias de Lucien Febvre em relação à história positivista terão um aspecto bem acadêmico (mas ele falará do interior da disciplina e de seus antecessores). Em 1909, uma vez mais, Péguy apresenta, em vista de uma tese de doutorado, este tema: “De la situation faite à l’histoire dans la philosophie générale du monde moderne” [A situação da história na filosofia geral do mundo moderno]. Em várias ocasiões, ele anuncia que, em breve, vai defendê-la; no entanto, desse trabalho existe apenas um dossiê de notas (publicado sob o título “Notes pour une thèse”; PÉGUY, t. 2, 1988). Mas a história, por sua vez, está presente – é, até mesmo, central – em grande número de seus textos em que ela é questionada, desestabilizada e cutucada: Zangwill (1904), *De la situation faite à l’histoire et à la sociologie dans les temps modernes* (1906), *Clio. Dialogue de l’histoire et de l’âme païenne* (obra póstuma), *L’argent* e *L’argent suite* (1913).

Ora, Febvre, tendo procedido a um severo diagnóstico retrospectivo, escreverá a respeito dessa mesma época – em que a nova história triunfava e parecia conquistar todas as disciplinas – que, na realidade, “a passagem dos anos acabava dando à sua voz, o som cada vez mais cavernoso de uma voz de além-túmulo”. Além disso,

em sua aula inaugural do Collège de France (1933), ele tomará de empréstimo a Péguy, precisamente, esta apresentação irônica do trabalho do historiador:

Os historiadores fazem história sem meditar sobre os limites e as condições da história. Sem dúvida, eles têm razão. É preferível que cada um faça seu ofício [...]; em geral, é preferível que um historiador comece por fazer história, sem exagerar o aprofundamento da pesquisa. Caso contrário, ele nunca conseguiria fazer algo (PÉGUY, 1988, p. 494).

Febvre, leitor de Péguy? Um pouco, provavelmente (essa mesma citação há de ser utilizada várias vezes por ele). De qualquer modo, Péguy meditou sobre os limites e as condições da história; e, também nessa área, o caso Dreyfus, que deveria acompanhá-lo durante toda a sua vida, foi a experiência que desencadeou todo o interesse que ele manifestou pela história.

As reflexões sobre o julgamento histórico fazem parte de um texto escrito em 1903, mas que permaneceu inédito em sua vida e nunca chegou a ser concluído (*Id.*, Bernard Lazare, t. 1, 1987). Ele deveria ter sido um retrato de Bernard Lazare; talvez também seja seu primeiro texto sobre a história. “Nosso colaborador, Bernard Lazare, morreu na terça-feira, 1º de setembro de 1903, às quatro horas da tarde” – essa é a frase fúnebre que lança a reflexão. Mas o projeto já existia como ele havia indicado em uma carta enviada ao próprio Bernard Lazare (datada de 23 de fevereiro de 1903): “Vou escrever, no momento oportuno, sua história definitiva nos *Cahiers*. Meu amigo Pierre Deloivre estaria muito interessado em fazer esse trabalho”.¹²⁴ Agora, chegou o momento.

Alguns meses mais tarde (em 15 de março de 1904), ele reitera seu compromisso, depois de ter evocado que ele havia começado, desde os primeiros dias de setembro, um caderno intitulado “Le portrait de Bernard Lazare” [O retrato de Bernard Lazare].

¹²⁴ Carta citada por Robert Burac, in PÉGUY, t. 2, 1988, p. 1776. Pierre Deloivre é um dos nomes utilizados por Péguy nos *Cahiers*.

Consegui escrever, durante as férias grandes, no mínimo, as sessenta páginas iniciais, introdução de meu trabalho; mas tenho a impressão de que essa tarefa é de tal modo considerável que não sei se terei necessidade de vários anos para realizá-la; seja qual for sua duração, nenhum caderno será escrito por minha mão, como autor, antes do caderno desse retrato; além de minha dívida em relação a essa amizade, o retrato de um homem como esse, a história de tal consciência é, do ponto de vista social, histórico e moral, mais interessante, útil e importante do que desenredar, de forma penosa e inútil, as maquinações de todos os nossos fantoches (PÉGUY, t. 2, 1988, p. 1361).

De novo, em 1907:

Quando eu publicar – se, algum dia, eu vier a publicá-lo – esse retrato de Bernard Lazare que eu tinha começado a escrever quase imediatamente após a sua morte, ao qual não dei continuidade, não tendo conseguido terminar de escrevê-lo – será que alguém tem a certeza de acabar, um dia, a escrita de um retrato? – porque eu não era demasiado idoso e, se me tornar suficientemente idoso, hei de publicá-lo na minha nova *Histoire de l'affaire Dreyfus et du dreyfusisme en France* (*Ibid.*, p. 874).

Finalmente, em 1910: “Para mim, se a vida me deixar o espaço, hei de considerar como uma das maiores recompensas de minha velhice o fato de ser capaz, enfim, de fixar e restituir o retrato desse homem extraordinário”.¹²⁵

Será que ele chegaria a se tornar demasiado “idoso” (no sentido conferido por ele a essa palavra), se a vida lhe tivesse deixado o espaço? De qualquer modo, ele nunca conseguiu terminar a escrita dessa história, nem “fixar” esse retrato; no entanto, ele nunca havia deixado de pensar nessa tarefa. Uma vez que o Affaire [Dreyfus] havia sido “o acontecimento” de sua vida (“fomos atingidos e marcados por uma única e temível crise”, escreverá Daniel Halévy) e que o nome de Bernard Lazare designa seu “começo”.¹²⁶ Iniciador do dreyfusismo, Bernard

¹²⁵ PÉGUY, Notre jeunesse, t. 3, 1992, p. 55: Bernard Lazare era “um dos nomes mais importantes dos tempos modernos”, “um dos maiores entre os profetas de Israel”.

¹²⁶ PÉGUY, Bernard Lazare, t. 3, 1992, p. 1211: “O começo do Affaire ocorreu quando um homem [...] decidiu mostrar que o capitão Dreyfus era inocente.” Dreyfus foi preso e mantido incomunicável, em 15 de outubro de 1894; no dia 17 de novembro, Bernard Lazare publica um artigo em *La*

Lazare acompanhou e ajudou também a iniciativa dos *Cahiers*, a tal ponto que Péguy vai designá-lo como “o amigo íntimo, o inspirador secreto, direi de bom grado e com toda a exatidão, o dono dos *Cahiers*” (PÉGUY, 1992, t. 3, p. 58). Com efeito, se a oportunidade de sua criação foi a questão da liberdade de imprensa no âmbito do movimento socialista, tal publicação, do ponto de vista intelectual e ético, emerge diretamente da experiência do Affaire Dreyfus; dirigindo-se ao “pessoal que defende verdadeiramente a causa dreyfusista”, eles pretendem ser “cadernos [*cahiers*] de informações”, a serviço da verdade.

Partindo de uma indagação imediata – como seria possível elaborar uma história do Affaire Dreyfus e do dreyfusismo? –, esse retrato ou elogio de Bernard Lazare, pelo menos, em seu esboço, empreendia na verdade uma reflexão sobre as condições de possibilidade da escrita da história. Péguy começa por sublinhar o que ele designa como duas “contrariedades preliminares”, oriundas da memória. Abordamos “às avessas” todos os acontecimentos do passado. Quando, a partir do presente, procuramos atingir os primórdios do Affaire, somos obrigados, antes de mais nada, a passar “mais ou menos sumariamente por séries formadas com base em acontecimentos intercalares” e, em seguida, não podemos “esquecer” tais séries intercalares (“quando desejamos nos lembrar da glândula, não podemos esquecer totalmente o carvalho”). Além disso, devemos chegar a um acordo sobre o sentido de começo: o começo que atingimos ao remontar os acontecimentos não é o começo, mas “a primeira manifestação”. “O começo ocorreu quando um homem, jovem, bastante conhecido, isolado, independente, livre, sem levantar a voz, nem franzir as sobrancelhas, nem forçar o olhar, tampouco erguer o braço, silencioso, no mistério e na calma de sua consciência,

Justice, “Le nouveau ghetto”, no qual ele denuncia a campanha antissemita que havia marcado essa detenção. Após seu encontro com Mathieu Dreyfus, em fevereiro de 1895, Bernard Lazare redige imediatamente um memorando sobre o julgamento, sublinhando as ilegalidades. Esse primeiro memorando – “Une erreur judiciaire. La vérité sur l'affaire Dreyfus” – será publicado apenas em novembro de 1896, em Bruxelas, e enviado em um sobrescrito fechado para os jornais e para os parlamentares: Dreyfus é “inocente”, o julgamento deve ser “revisto”. Em outro memorando, publicado um ano mais tarde, ele insiste no papel do antissemitismo em todo o Affaire e sua conclusão é a seguinte: “Além do capitão Dreyfus, defendi a justiça e a liberdade”. Ver BREDIN, 1992; DUCLERT, 1994, 1999.

decidiu mostrar que o capitão Dreyfus era inocente" (*Id.*, Bernard Lazare, 1987, t. 1, p. 1211-1212).

Surge, então, uma dificuldade, não extrínseca, mas "interna" e "essencial": a da avaliação histórica que suscita o problema da determinação das unidades. Recorrendo à linguagem cartesiana (mas um cartesianismo permeado por bergsonismo), Péguy opõe a matéria extensa à matéria pensante.

Nas operações de medição material, nas mensurações matemáticas, mecânicas, físicas, químicas e de outra natureza, nas operações que envolvam a matéria extensa, esta matéria apresenta por si só um número suficiente de elementos constantes, de constâncias, que justamente permitiram constituir ciências de recomeços para que o operador possa eleger unidades entre essas constâncias [...] Pelo contrário, nas mensurações históricas, tanto quanto seja possível acoplar essas duas palavras, nas avaliações da história [...] toda a matéria pensante (no sentido "amplo e total" da palavra, ou seja, para resumir "todos os fatos sociais") apresenta como primeira característica, e em abundância, o predomínio das inconstâncias (*Ibid.*, p. 1214-1215).

Portanto, a história não é uma ciência de recomeço. Péguy poderia contentar-se em posicionar a história ao lado da arte, mas ele acredita nesses anos que a história "é, sumariamente, a única ciência da matéria pensante" e que o trabalho histórico é um "trabalho científico". Nessas condições, a maior dificuldade da história, "ciência de inconstâncias", reside "na constituição de unidades". Dificuldade, certamente, mas não impossibilidade: de fato, além da inconstância, existem constâncias na matéria pensante.

Essas duas contrariedades preliminares e essa restrição interna implicam que "fazer história é uma imensa dificuldade; e um número reduzido de autores merecem a bela denominação de historiadores" (*Ibid.*, p. 1219).¹²⁷ Assim, é lamentável que a maior parte dos

¹²⁷ Como se ele dialogasse uma vez mais com Péguy, Febvre terminará seu texto – "Face au vent, Manifeste des *Annales* nouvelles" [Face ao vento, Manifesto dos novos *Annales*] – de 1946 com esta fórmula: "Só é digno de reivindicar a bela denominação de historiador aquele que se lança inteiramente na vida [...]" (FEBVRE, 1995, p. 43). Se a frase começa com Péguy, ela prossegue com uma referência a Michelet.

historiadores não tenham, de modo algum, “meditado” a respeito de tudo isso, mesmo que esteja confirmado que “os métodos não substituem a ciência”. Nesse ponto, Péguy detém-se alguns instantes na história, aquela que, apresentando-se como simples enumeração dos fatos e simples narração dos acontecimentos, proscree “qualquer julgamento e, no julgamento, qualquer avaliação”. Mas seu inegável sucesso institucional não significa que ela tenha aplicado (de fato) esse programa, menos ainda que ele seja defensável.

Segue-se imediatamente a indagação sobre julgamento histórico e julgamento jurídico que, pelo recurso às categorias do contínuo e do descontínuo, encontra – embora de forma diferente – algo das considerações precedentes sobre as “constâncias” na matéria extensa e as “inconstâncias” na matéria pensante. De fato, o jurídico posiciona-se do lado do descontínuo, uma vez que existe uma graduação para definir os delitos e as sanções. O julgamento jurídico

só pode e deve acompanhar a realidade mediante um movimento descontínuo [...] Ele só pode e deve mover-se depois que a realidade acompanhada por ele tenha avançado o suficiente para justificar, por assim dizer, um desencadeamento, um passo, uma mudança de tratamento, uma agravante ou uma atenuante.

Enquanto o julgamento histórico “deve acompanhar a realidade de um movimento contínuo; ele deve dobrar-se a todas as flexibilidades da realidade movente” (*Ibid.*, p. 1223). Assim, não há nenhuma “tranquilidade” para o historiador, cujo papel consiste não tanto em pronunciar, mas em elaborar constantemente julgamentos históricos.

Sua consciência é totalmente inquietação; de fato, não lhe basta atribuir aos personagens da história, ou seja, os grandes indiciados, as garantias jurídicas, as garantias legais, modestas, limitadas, determinadas, sumárias, precárias e grosseiras que o jurista e o instaurador do processo aplicam aos indiciados judiciais, o juiz aos indiciados judiciais; o historiador não pronuncia julgamentos judiciais; nem julgamentos jurídicos; é possível quase dizer que ele nem chega a pronunciar, mas elabora constantemente julgamentos históricos; ele trabalha ininterruptamente (*Ibid.*, p. 1228).

Passar por Péguy para formular a questão da avaliação e da operação do julgamento em história tem sua utilidade porque, a meu

conhecimento, raras têm sido, por parte dos historiadores, as reflexões sobre esse ponto específico. É sobejamente conhecida, com toda a razão, a frase de Marc Bloch, extraída de *Apologie pour l'histoire* (obra escrita durante a Segunda Grande Guerra): “Por gentileza, defensores e opositores de Robespierre, basta: digam-nos simplesmente quem foi esse personagem!”: julgar, não, mas compreender, tal deve ser a função do historiador. No início de seu livro, *Le juge et l'historien*, Carlo Ginzburg não deixou de evocar essa exclamação que acabaria marcando o abandono categórico de uma concepção judicial da história (GINZBURG, 1997, p. 20-21). Mas, no fundo, convém avançar mais longe para procurar o recuo do historiador em relação ao julgamento. Tal postura encontra-se claramente entre os historiadores criticados por Péguy e, em primeiro lugar, naquele que tem sido reconhecido como o pai da história, pelo menos, moderna: Leopold von Ranke, para quem a história deveria circunscrever-se a seus limites, de acordo com o desejo de Victor Cousin. Ela não deveria pretender “julgar o passado”, nem “ensinar o mundo contemporâneo para servir aos anos futuros”, mas “somente mostrar como as coisas ocorreram realmente”. A fórmula data de 1824. Uma aplicação demasiado escrupulosa ou exageradamente cientificista desse programa, servindo-se do historiador como compilador, pode dar a impressão de que a história nada pode ser além de uma coleção e de uma enumeração dos fatos. Essa é a única evidência que ela deve pretender atingir.

O livro de Ginzburg foi escrito, conforme é indicado pelo subtítulo: “À margem do julgamento Sofri”; aliás, o autor está convencido de sua inocência.¹²⁸ Tendo-se manifestado em favor de Sofri, seu testemunho é o de um historiador: com base em todos os autos, ele elabora um trabalho de historiador. Ele não pretende refazer o julgamento, mas, de forma mais meticulosa e limitada, questionar a maneira como o juiz havia manipulado a noção de prova; de fato, o contexto mais amplo da reflexão de Ginzburg é o de seu combate contra o “ceticismo” na história. Sua questão central não é, portanto, a do julgamento histórico, mas a da prova. Daí, parte sua investigação sobre as convergências e as divergências que

¹²⁸ Adriano Sofri, assim como seus colegas Ovidio Bompressi e Giorgio Pietrostefani, foram condenados em 1988, após a confissão de um arrependido (e sem provas), a vinte e dois anos de prisão por seu envolvimento no assassinato de um delegado de polícia, em 1972.

existem entre o juiz (instaurador do processo) e o historiador. Desta vez, estamos do lado da evidência da história, no sentido inglês da palavra: a evidência como prova.

Para uma teoria do julgamento, conviria, se não me engano, recorrer a uma filósofa (preocupada com a história, tal como havia sido o caso de Péguy): Hannah Arendt. Para Péguy, o ponto de partida foi o caso Dreyfus, enquanto ela se baseou no julgamento de Eichmann para empreender uma reflexão de grande amplitude (que ela não chegou a concluir) sobre a “capacidade que consiste em pensar o particular” (Kant); mas, prossegue Arendt (1997, p. 115), “pensar significa generalizar: portanto, trata-se da capacidade que combina, de forma enigmática, o particular e o geral”.¹²⁹

A história seduzida pela epistemologia?

“A epistemologia é uma tentação que se deve descartar resolutamente”, advertia, ainda recentemente, Pierre Chaunu, julgando que ela deveria ser reservada a um ou dois mestres. Será que, no decorrer dos últimos dez ou vinte anos, os historiadores têm cedido – ou mais cedido mais frequentemente – a essa “tentação”? O número daqueles que se julgam mestres (ou mestres de segunda categoria) teria aumentado?

Provavelmente, se dermos crédito a um bom observador, tal como Gérard Noiriel, que julgou necessário se precaver contra os “historiadores-epistemólogos” e “as posições teoristas sem controle” (NOIRIEL, 1996, p. 176, 207). Mas lembremos que ele próprio, bem longe de defender um empirismo a todo transe ou um (mítico) positivismo de antanho, manifesta-se em favor de uma definição “pragmatista” da história, dando lugar às realizações da pragmática. Será que se passou do historiador que se reivindica “artesão”, em sua oficina, para o historiador que deixa de ter medo de se assumir como “epistemólogo” e pronto para elogiar uma história que, finalmente, ingressou em “sua era epistemológica”, se dermos crédito a

¹²⁹ Na segunda de suas *Considérations inactuelles* [Considerações intempestivas], Nietzsche aborda a questão da objetividade do julgamento (2000, p. 536-543). Sobre a questão não propriamente do julgamento, mas do raciocínio a partir de singularidades, ver PASSERON; REVEL, 2005.

Pierre Nora? Inversamente, seria possível encontrar, sem dificuldade, numerosas declarações que deploram a reduzida preocupação epistemológica manifestada, até recentemente, pelos historiadores. Demasiada ou insuficiente preocupação? Seria preferível começar por circunscrever o que é designado pela palavra quando os historiadores a utilizam, seja para rejeitá-la, seja para reivindicá-la; na maior parte dos casos, o uso do termo não é rigoroso. Para utilizar um atalho, nem todos os historiadores se tornaram assíduos leitores e, ainda menos, partidários da revista *History and Theory*.

De que se trata, afinal? Em primeiro lugar e sobretudo, creio eu, de uma postura reflexiva: não só a elaboração do questionário, mas a maneira como foi elaborado, sua confecção e os pressupostos que o organizam. As categorias de análise não são dados que tenham pré-recortado o real. A objetividade é inseparável das formas de objetivação. Eis aí uma primeira caracterização, visível imediatamente, da presente abordagem dos historiadores; cada um deles, em sua especialidade, poderia facilmente alinhar exemplos dessa postura crítica (mais ou menos reivindicada, argumentada e explicitada). Assim, a recente obra de François Dosse, *L'histoire*, que pretende ser um convite aos filósofos para lerem os historiadores e aos historiadores para levarem em consideração a filosofia da história. O livro faz parte de uma coleção universitária (aposta-se, portanto, em um público estudantil e nos formadores de opinião) que, no entanto – fazemos questão de sublinhar – ostenta o rótulo “filosofia”, e não “história”. Tratar-se-ia, então, de história para o uso dos filósofos (DOSSE, 2000)?¹³⁰

Da mesma forma, em sua coletânea intitulada *Sur l'histoire*, Krzysztof Pomian (1999) não cessa de formular e reformular, na sequência de seus textos, a questão da história como conhecimento do passado, inscrevendo-a na perspectiva mais ampla de uma história do conhecimento e de suas diferentes utilizações. Para mudar de registro e de terreno, seria possível citar ainda dois livros – escritos por especialistas da época contemporânea (aliás, eles não têm a reputação de ser os mais epistemólogos dos historiadores) – que não deixam de ser, em parte, manifestos, apesar de rejeitarem tal classificação: *Pour*

¹³⁰ Ver também, em uma coleção de história para estudantes universitários, PROST, 1996; 2008.

une histoire culturelle, publicado sob a direção de Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sturmel (1997), que pretende justamente "apresentar uma reflexão plural, de ordem historiográfica e metodológica" sobre o cultural (Rioux; Sturmel, 1997). Ele havia sido precedido, quase dez anos antes, pela obra *Pour une histoire politique*, dirigida por René Rémond. Tratava-se certamente de manifestar o retorno da história política – na verdade, de outra história política –, mas também de abordar esse fenômeno em si mesmo "como um objeto de história"; de historicizar esse "retorno" e de considerá-lo como uma etapa "no desenvolvimento da reflexão que a história elabora sobre si própria" (Rémond, 1988, p. 12, 19). Até mesmo a biografia não escapou a esse movimento; Jacques Le Goff começa por se perguntar como é possível escrever uma biografia de São Luís (Le Goff, 1996; Dosse, 2005).

Outra característica foi a ascendência da historiografia. A tradução, em 1983, do livro de Arnaldo Momigliano, *Problèmes d'historiographie*, fornece um marco convencional de sua emergência. Mesmo que a temática tivesse sido abordada mais cedo: o livro *Faire de l'histoire* anunciava, já em 1974, uma história que "atribuía um espaço cada vez mais amplo e privilegiado à história da história"¹³¹ (mas ainda não lhe reservava espaço nos próprios volumes) (Le Goff; Nora, I, p. XIII). Em 1987, a criação na École des Hautes Études en Sciences Sociales de um curso sobre a historiografia antiga e moderna inscrevia-se nesse movimento. Mas o ponto mais interessante e mais recente é a aproximação, frequente nos textos dos historiadores, dos dois termos: epistemologia e historiografia. Como se um implicasse o outro, ao completá-lo, corrigi-lo ou relativizá-lo, como se o que eles pretendessem designar de fato fosse uma espécie de mistura: não uma epistemologia "rígida" (demasiado distante e abstrata), nem uma história da história "insípida" (demasiado internalizada, o obituário da profissão), mas uma abordagem atenta aos conceitos e contextos, às noções e ambientes, dando uma atenção cada vez maior às suas articulações, preocupada com a cognição e a historicização, sem deixar de manter-se vigilante em relação às

¹³¹ Por sua vez, POMIAN (1975) manifestava-se em favor de uma nova história da história; cf. também CARBONEI, 1976.

sereias dos reducionismos. Em suma, algo como uma epistemologia histórica ou historiografia epistemológica que se encontra – vamos insistir sobre este ponto – nos antípodas de uma disciplina ou de uma subdisciplina, constituída ou em via de se constituir, matéria de alguns especialistas mais ou menos autoproclamados e que se autor-reproduzem. De fato, esse movimento e esse momento – que, por conveniência, podem ser designados como “reflexivos” (conferindo-lhes o duplo qualificativo: epistemológico e historiográfico) – dizem respeito não só à história, mas ao conjunto das ciências sociais. Fica bem claro que, para a história, problemáticas e formulações são moduladas em função do estado das questões em cada grande domínio de especialidades e de acordo com os diferentes períodos.

Esses poucos exemplos, voluntariamente desconexos – mas, de modo algum, isolados – são suficientes para apontar deslocamentos e indicar recomposições no e do campo histórico, nos últimos vinte anos. Em vez de retomá-los aqui, vamos limitar-nos a breves evocações. No final da década de 1980, opera-se uma tomada de consciência já modificada pela paisagem e que ainda continua a alterar-se rapidamente: fala-se, então, correntemente, de período de incerteza, de dúvidas e de crise de identidade em relação à história.¹³² Dois pontos de referência: o convite à reflexão e o diagnóstico, acompanhados por pistas e proposições, lançados pela revista *Annales*, em 1988 e 1989, sob o título de “Tournant critique” [Virada crítica], ou seja, uma epistemologia precisamente para período de incerteza quando, afinal, a história está envolvida “em um trabalho de redefinição de seus projetos e de suas práticas”.¹³³ Outro ponto de referência: em 1988, o texto curto de Marcel Gauchet – “Changement de paradigme en sciences sociales?” – no qual, ao constatar “a reabilitação da parte explícita da ação” (GAUCHET, 1988, p. 166), ele expõe as consequências dessa reabilitação para uma história política na qual ele desvenda já uma “chave teórica e prática de uma história global” (GAUCHET, 1999, p. 135). É evidente

¹³² O livro de Roger Chartier (1998) – que reúne textos publicados entre 1983 e 1995 – dá testemunho desses anos e propõe análises e pistas.

¹³³ Histoire et sciences sociales. Un tournant critique? *Annales E. S. C.*, nº 2, 1988; Tentons l'expérience. *Annales E. S. C.*, n. 6, 1989, p. 1322. Por sua vez, LEPETIT, 1995 e REVEL, 1996, prolongaram tal reflexão.

que os questionamentos haviam começado anteriormente: assim, “a operação historiográfica” de Michel de Certeau – que, no final da década de 1970, se tornou uma referência relevante para muitos autores – chamou a atenção, de forma vigorosa, para a dimensão da escrita da história (DE CERTEAU, 1975).

Nesses mesmos anos, a recepção de três obras – exteriores, em diversos graus, ao campo histórico – sublinha e fortalece o movimento. Pelo questionamento já presente sobre a escrita da história, a passagem ocorreu tanto mais facilmente com a reflexão conduzida por um filósofo, leitor atento e crítico dos historiadores contemporâneos. Trata-se, obviamente, de *Temps et récit* de Paul Ricœur (1983–1985), cuja recepção (pelo menos, parcial) se processou de forma rápida entre os historiadores (ver, *supra* p. 174–175). Estamos na época das disputas sobre o “retorno da narrativa”, dos remoinhos norte-americanos relativamente à virada linguística, enquanto vão surgir em breve as questões em torno de retórica, ficção e história; além disso, o pós-moderno vai de tal modo de vento em popa que cada um acaba por adaptá-lo à sua maneira. Incontestavelmente, Ricœur contribui, então, para formular essas questões difíceis em sua complexidade e com rigor. Com esse olhar de fora, mas diferente da observação elaborada por Lévi-Strauss, volta a formular-se a questão da evidência da história em todas as suas dimensões: antiga e moderna, filosófica e retórica, literária e judicial.

Oriunda certamente do interior da disciplina, mas a partir da Alemanha, a semântica histórica, tal como foi desenvolvida por Reinhart Koselleck, é justamente uma proposição que, em seu movimento, depende completamente de uma epistemologia histórica. A tradução de seu livro, *Le futur passé*, é publicada em 1990. Finalmente, em 1991, elaborada por um vizinho, a obra de Jean-Claude Passeron, *Le raisonnement sociologique*, oferece um espaço comum de reflexão e de trabalho à sociologia, à antropologia e à história, ao marcar claramente a convergência epistemológica das três disciplinas. Pouco tempo depois, a revista *Enquête* (1, 1995), com sua exigência de epistemologia, mas a partir do terreno, põe à prova e prolonga essas proposições em cada um de seus números.¹³⁴

¹³⁴ Atualmente, essa revista é uma coleção que, ao basear-se nas convergências entre as três disciplinas, questiona e confronta os respectivos métodos e procedimentos.

O que tenho designado por postura reflexiva, mescla de epistemologia e de historiografia, é um fenômeno de grande amplitude no sentido em que não está limitado a um tipo de história, nem sobretudo unicamente à história (DOSSE, 1995). É possível datá-lo: o final da década de 1980 assiste à sua plena emergência, o que equivale a dizer que ele já estava a caminho no decorrer dos dez anos precedentes. Se ele é inseparável dos movimentos mais amplos da conjuntura, não há dúvida de que ele foi, em primeiro lugar, uma resposta – quase uma reação – ao abandono dos grandes paradigmas da década de 1960, quando era anunciado, com mais ou menos alarido, o retorno disto ou daquilo. Mas, rapidamente, foram implementadas determinadas problemáticas com suas exigências próprias de questionamento e de trabalho. Pode-se citar a maneira como a história social tem procurado abrir espaço para os pontos de vista dos atores, recorrendo à sociologia das convenções. Em outro registro, esse momento é aquele que assistiu ao desdobramento de uma forma de história de “segundo grau”, da qual a obra *Lieux de mémoire*, dirigida por Pierre Nora, foi o laboratório, em particular, com a permanente preocupação historiográfica que permeia seus diversos textos.

Mais profundamente, essa postura ou esse momento reflexivo reenvia e responde a uma mudança de nossa relação com o tempo, marcada por um profundo questionamento do regime moderno de historicidade e, talvez, pela emergência de um regime de novo tipo em que predominaria de forma duradoura a categoria do presente: um futuro confinado, um futuro imprevisível, um presente onipresente e um passado, incessante e compulsivamente, visitado e revisitado (HARTOG, 2003). De qualquer modo, com a consequência de que a história deixou de ser capaz de escrever valendo-se do ponto de vista do futuro ou em seu nome. Esse momento reflexivo seria, portanto, (somente) uma proposição ou uma epistemologia em período de incerteza, quando as relações com o tempo estão perdendo sua evidência? Será que ele pode se estabilizar? Em troca de quais reformulações? Será a isso que estamos assistindo?